



Reajuste de benefícios do INSS custará R\$ 27 bi

Por Murilo Rodrigues Alves e Lorenna Rodrigues DE ESTADÃO CONTEÚDO

Os reajustes dos benefícios dos 19,2 milhões de aposentados, pensionistas e segurados do INSS vão custar R\$ 27 bilhões aos cofres públicos em 2017, segundo cálculos da Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda.

Os benefícios acima de um salário mínimo terão reajuste de 6,58% neste ano. A correção, equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2016, foi publicada somente ontem no Diário Oficial da União - a divulgação do indicador saiu no dia 11.

A portaria do Governo também estabeleceu que o teto da Previdência Social passa a ser de R\$ 5.531,31 - o do ano passado foi de R\$ 5.189,82. Na prática, é muito difícil um trabalhador chegar a receber uma aposentadoria igual ao teto, pois é necessário

» Beneficiários

INSS tem 19,2 milhões de aposentados, pensionistas e segurados que terão reajuste nos benefícios

ter um fator previdenciário maior do que 1. O reajuste dos benefícios acima do salário mínimo custará R\$ 14,195 bilhões neste ano.

O percentual ficou acima dos benefícios de um salário mínimo, cujo reajuste obedece a outra regra. Passou de R\$ 880 para R\$ 937, aumento de 6,4%. O salário mínimo é o piso para o pagamento dos benefícios, como aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte. Cerca de dois terços dos benefícios pagos pelo INSS são de um salário mínimo. O custo do reajuste do salário nos benefícios previdenciários neste ano será de R\$ 12,753 bilhões.

Governo atrasa pagamento de parcela do seguro-desemprego

Trabalhadores desempregados estão sem receber a parcela do seguro-desemprego de janeiro. Os afetados são aqueles que poderiam sacar o benefício a partir do último dia 11. Ao se dirigirem à Caixa, foram informados de que o valor não foi depositado pelo governo.

Procurado, o ministério do Trabalho afirmou à Folha que o motivo é a correção do valor do benefício, que ocorre todos os anos no mês de janeiro, acompanhando o ajuste do salário mínimo. O aumento do mínimo para R\$ 937 foi anunciado no dia 29 de dezembro. No dia 11, o teto da parcela do seguro foi reajustado em R\$ 101,48, para R\$ 1.643,72.

As demais faixas de seguro-desemprego não foram corrigidas. Ainda de acordo com o ministério, o valor para pagar o seguro dos trabalhadores com direito a receber até o dia 10, sem reajuste, foi transferido para a Caixa em dezembro do ano passado.

No entanto, o governo ainda não fez a transferência dos valores corrigidos, que deveriam ser pagos a partir do dia 11. Esses valores devem estar disponíveis para saque na Caixa a partir desta terça-feira (17), segundo o ministério do Trabalho.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 17/01/2017

Fonte do clipping: Jornal Diário do Litoral - 17/01/2017

Idade mínima de 65 anos é inegociável, afirma Temer

O presidente Michel Temer afirmou que o governo admite negociar alguns pontos da reforma da Previdência, mas descarta alterar a proposta de estipular a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria. "A idade é fundamental para essa reforma", disse Temer em entrevista nesta segunda-feira (16). A proposta de reforma enviada ao Congresso prevê, além da idade mínima de 65 anos, um tempo mínimo de 25 anos de contribuição.

O governo aceita negociar outros pontos polêmicos que já foram citados por líderes no Congresso como difíceis de serem aprovados. Entre eles, a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada -pago a pessoas com deficiência- do reajuste do salário mínimo e a necessidade de contribuição de 49 anos para que o trabalhador receba o valor máximo da aposentadoria. Temer disse que sua maior preocupação é com o desemprego, mas admitiu que a retomada das contratações pode demorar, já que, mesmo com a recuperação da economia, as empresas têm capacidade ociosa a preencher antes de retomar contratações.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 17/01/2017

Mais segurança e modernidade na proteção do trabalhador

Óculos, protetor facial, máscara de solda e roupa apropriada para proteger o tronco. Essas são as principais mudanças da Portaria SIT 585, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União, este mês. O documento atualiza as normas técnicas de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para oferecer mais segurança aos trabalhadores. "É uma nova abordagem dos equipamentos", diz Alexandre Scarpelli, coordenador de Normatização e Registros da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho.

A avaliação da proteção dos olhos e da face com óculos de segurança e protetores faciais pela norma técnica ANSI Z 87.1:2015 permitirá a seleção e a aprovação de equipamentos em melhores condições de evitar riscos resultantes do impacto de partículas volantes, como fagulhas provenientes de solda e lascas de madeira, luminosidade intensa, radiação ultravioleta e radiação infravermelha. Esse aumento da eficácia se dará por um tratamento mais específico de cada um desses fatores de risco.

Proteção para o tronco – No caso da proteção do tronco – necessária, por exemplo, aos operadores de Raios-X –, a previsão de ensaio pela norma técnica IEC 61331, versão 2014, permitirá a avaliação de novos materiais, além do chumbo, que venham a ser aplicados na fabricação do equipamento destinado a essa proteção. Isso quer dizer que o trabalhador ficará mais protegido de riscos de origem radioativa.

"Essas mudanças não significam que antes não havia proteção", enfatiza Alexandre Scarpelli. Segundo ele, essas novas diretrizes para os testes de laboratório fazem parte de um processo de aprimoramento da avaliação dos EPIs, ao qual o mercado terá que se adaptar. Isso resultará, de acordo com o coordenador, em mais qualidade dos EPIs e, em consequência, o empregador poderá oferecer melhores condições de segurança a seus empregados.

Portaria 584 – Também publicada em 4 de janeiro pela SIT, a Portaria SIT 584 estabelece que os relatórios de ensaios emitidos pelos laboratórios credenciados pelo Ministério do Trabalho, em nome da empresa requerente do Certificado de Aprovação (CA), podem ser enviados em formato digital, como alternativa à necessidade de apresentação da cópia autenticada. Com isso, o processo de emissão do CA ganha agilidade.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4158>

Copom espera que redução da Selic ajude na retomada da economia

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) apontou a inflação mais favorável que o esperado e a demora na retomada da atividade econômica como motivos para a decisão de reduzir em 0,75 ponto percentual a Selic, taxa básica de juros da economia, atualmente em 13% ao ano. O anúncio da nova Selic ocorreu após reunião na terça-feira (10) e quarta-feira (11) passadas.

Na ata sobre o encontro, divulgada hoje (17), o Copom informa que cogitou uma redução menor da taxa básica de juros, para 13,25% ao ano, com sinalização de intensidade maior de queda para a próxima reunião. No entanto, optou pela redução mais intensa agora, acreditando que "essa decisão contribuiria desde já para o processo de estabilização e posterior retomada da atividade econômica".

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2016 em 6,29%. O patamar está abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é 4,5% com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2017-01/copom-espera-que-reducao-da-selic-ajude-na-retomada-da-economia>